



ASMIR



ANS



AOFA



APA

ENCONTRO DE MILITARES

(2008 ABR 09)

Projecto de Resolução

Os militares reunidos em 9 de Abril de 2008, num Encontro de Militares promovido pelas associações profissionais de militares signatárias aprovam o seguinte:

1. Num enquadramento em que:

- se mantém o Incumprimento de dezenas de diplomas legais, originando uma Dívida crescente superior a mil milhões de euros à Família Militar;
- se promovem medidas restringindo até à ineficácia a possibilidade de utilização dos Tribunais Administrativos pelos militares, vítimas da repressão do Governo, por reclamarem o Cumprimento da Lei e que a Dívida seja saldada;
- se atacam os direitos das associações coarctando a possibilidade de defenderem os seus associados;
- o Governo continua a não dialogar com os representantes associativos da Família Militar numa base séria.

Considerando que prossegue o ataque aos escassos direitos adquiridos em função da onerosa Condição Militar:

2. Não obstante alguns sinais positivos do actual Conselho Directivo do IASFA em dialogar com as associações e encetar medidas visando a correcção do desastre em que se encontra a Assistência na Doença aos Militares, continuam sem resolução os problemas inerentes à destruição das instituições que funcionavam, prejudicando gravemente a Família Militar;
3. No âmbito da Saúde Militar verificamos a intenção do Governo em encerrar hospitais militares reduzindo-os a dois, um na região do Porto e outro em Lisboa. Sendo forte a possibilidade que o de Lisboa venha a ser o actual hospital militar da Força Aérea, incapaz de responder com o mínimo de eficácia ao actual universo de utentes - qual seria a situação se esta medida fosse por diante e a mesma estrutura de saúde sujeita a uma pressão de, pelo menos, quatro vezes mais utentes? Um desastre inadmissível que colocaria em causa a operacionalidade e o cumprimento das missões;

Associações Profissionais de Militares



ASMIR



ANS

AOFA



AOFA



APA

4. Fomos surpreendidos com um simulacro de audição acerca de alterações ao EMFAR, quando afinal, o que de facto se tratava era de uma proposta de alteração do Governo à Assembleia da República, visando, na prática, anular a possibilidade dos militares ingressados nas Forças Armadas antes de 1990 auferirem do Complemento de Pensão de Reforma;

E, por esta via, o Estado fugir ao pagamento de centenas de milhões de euros de Dívida acumulada desde 2000 aos reformados militares, o que constituiria uma traição e mais um esbulho humilhante à Família Militar;

5. Tivemos conhecimento que o Ministro da tutela incumbiu a Direcção de Pessoal e de Recrutamento Militar de, no prazo de 60 dias, produzir um conjunto de documentos relativos à revisão dos modelos de carreiras profissionais e retributivas dos militares, estabelecendo critérios negativos e preocupantes que nos levarão a resistir à sua implementação. Esta resistência deverá resultar em que aquelas alterações venham reforçar a operacionalidade, a formação e a qualidade do desempenho das nossas Forças Armadas, salvaguardando-as das intenções liquidatárias anunciadas;
6. No seu afã de calar as justas aspirações, propostas e preocupações dos militares e das suas famílias, prossegue a saga da repressão sobre os militares que ousam de algum modo dar visibilidade ao desconforto e à revolta que grassa na Família Militar; neste momento foram já aplicadas penas que totalizam 1 dia de prisão disciplinar, 123 dias de detenção, 18 repreensões agravadas, 1 repreensão simples e 1 advertência disciplinar, a militares na efectividade de serviço, por defenderem o cumprimento da lei e a liquidação da Dívida à Família Militar;
7. Neste momento está em curso mais um processo disciplinar por delito de opinião - desta feita dirigido a um militar reformado, o Coronel Luís Fraga, por ter dado expressão, no seu blogue, ao caos actualmente existente no hospital militar da Força Aérea - para este camarada a nossa mais sincera solidariedade e agradecimento;

Os militares presentes, continuando a realçar preocupação pela gravidade da situação que o País atravessa, e pelos perigos que advêm para a coesão nacional, com a efectiva aplicação das medidas e campanhas fracturantes em curso, bem como para a função e condição militar, e para as próprias Forças Armadas, decidem:

Associações Profissionais de Militares



ASMIR



ANS



AOFA



APA

1. Exigir ao Senhor Primeiro-ministro que pare esta ofensiva contra os direitos adquiridos pelos militares nos campos definidos pela Lei de Bases Gerais da Condição Militar e regulamentados em leis próprias;
2. Que seja detida a campanha repressiva visando militares íntegros, defensores da Lei e da Honra do estado de Direito Democrático, os processos disciplinares arquivados e adoptada uma Amnistia Geral, reabilitando as carreiras profissionais e militares de todos os elementos punidos por esta via;
3. Que cesse o ataque à Saúde Militar, racionalizando e qualificando os actuais Hospitais, até que sejam construídas soluções substitutas de capacidade equivalente;
4. Que ordene a adopção de medidas tendentes a eliminar os problemas criados na Assistência na Doença aos Militares e suas Famílias, repondo-a no nível de eficiência anterior à vigência das actuais medidas;
5. Que ordene medidas que visem integrar as associações militares em todas as sedes onde se discutam assuntos de natureza socioprofissional como determina a Lei 3/2002 de 29 de Agosto;
6. Decidem ainda, mandar as Direcções das Associações Profissionais de Militares promotoras do Encontro para acompanharem o processo passo a passo, de modo a adoptarem as atitudes e promoverem as acções mais adequadas a salvaguardar a Família e a Condição Militares, nomeadamente através de uma acção de visibilidade durante o mês de Maio.

Militares presentes no Encontro de 9 de Abril de 2008